



Ata da Assembleia Ordinária de Freguesias da União
de Freguesia da Baixa da Banheira e do Vale da
Amoreira
Concelho da Moita

Ata n.º3

Aos 30 dias do mês de Dezembro do ano 2021, na vila da Baixa da Banheira e, no edifício da coletividade Clube União Banheirense “O Chinquilho”, sito na Rua António Sérgio, n.º58, Baixa da Banheira, realizou-se uma reunião ordinária da Assembleia de Freguesia da União Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, o Doutor Paulo Alfama, deu início à sessão, começando pelas substituições:

- A. CDU - Jorge Silva e Júlio Pinto substituídos por Vítor Barata e Diamantino Cabrita
- B. CHEGA - Sérgio Marques substituído por Vera Duarte
- C. PS, na Mesa da Assembleia, Ana Mêlissa Ferreira, é substituída por Ana Paula Silva. Patrícia Pires foi substituída por Vítor Pessoa

A Assembleia tem a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação e Votação da Ata n.º1
2. Discussão do Novo Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira: 2021/2025
3. Apreciação e Votação das Grandes opções do Plano e Orçamento para 2022 e Plano Plurianual de Investimento
4. Discussão e Votação do Mapa de Pessoal
5. Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia prestada nos termos do artigo 17.º n.º1 o) da Lei nº.5 A/2002 de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela alínea e) do n.º2 do artigo 9.º da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro.

Antes de começar a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa refere que irá haver um pequeno lanche, por volta das 20:30h.

Iniciando o ponto n.º1, o Dr. Paulo Alfama pergunta se há comentários em relação ao mesmo, sendo que ninguém manifestou tal intenção.

Posteriormente, a bancada da CDU, concretamente o Sr. Nuno Cavaco, apresentou uma moção a propósito da reposição das freguesias.

“O processo de agregação/ extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto, pela Lei nº11ªA/2013, de 28 de Janeiro, em execução da Lei nº 22/2012, de Maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos.

A extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros, afastou os eleitos das populações, dificultou a capacidade de intervenção na resolução de problemas. Perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos, o que se sente e o que foi demonstrado cabalmente e por vários estudos realizados por especialistas e pela academia.

Na legislatura 2014/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitas com o voto do PS, PSD e CDS.

De então para cá as populações continuaram a reivindicar a reposição das freguesias extintivas contra a sua vontade.

Oito anos depois da extinção das freguesias e mantendo-se viva a vontade e a luta pela sua reposição, o que se impunha era dar resposta cabal as populações, era a criação de um regime excecional que permitisse que as freguesias pudessem ser respostas, com eleições em 2021.

Os sucessivos atrasos do Governo PS na entrega da população de Lei na Assembleia da República (só no final de Dezembro de 2020), o lento andamento dos trabalhos da comissão competente e a rejeição do Projeto da Lei do PCP, impossibilitaram a reposição das freguesias no âmbito das eleições autárquicas de 2021, como já se tinha verificado em 2017.

A Lei nº39/20121 de 24 de Junho, entretanto aprovada, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias aprovado por PS, PSD, PAN e IL, não responde à reivindicação de reposição de todas as freguesias.

A obrigação de cumprimento de alguns dos critérios no processo de reposição de freguesias como determina o diploma aprovado, na prática inviabiliza a devolução de muitas freguesias às populações, mesmo que estas o defendam.

Apesar das limitações, impõe-se agora intervir para concretizar a reposição das freguesias em todas as situações possíveis. Nesse sentido deve ser tido em conta que a Lei nº 39/2021 de 24 de Junho entra em vigor 180 dias após a sua publicação, ou seja, no final de Dezembro de 2021.

Após essa data e durante um ano, terão início os procedimentos visando a reposição das freguesias extintas, nos termos do artigo 25º (procedimento especial, simplificado e transitório), mediante deliberação das respetivas assembleias de freguesia e assembleias municipais.

Assim, a Assembleia da Freguesia da União Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira Reunida a 30 de Dezembro de 2021, manifesta o seu empenhamento pela reposição das freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, de acordo com a vontade das populações e delibera o início dos procedimentos necessários para a sua concretização, designadamente a convocação da Assembleia de Freguesia da União da Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, especificamente para este efeito.”

Em seguida, o Presidente da Mesa questionou o publico, para saber se alguém queria fazer algum comentário relativamente à moção da CDU.

O senhor Miguel Jorge pede para intervir. O mesmo sugere a criação de um grupo de trabalho para a redação de um documento, sobre a reposição das freguesias, com ambas as forças políticas presentes, para que não haja oposição ao documento.

Nuno Cavaco esclarece que, o que a CDU quer é a aprovação de um processo, levar o ponto à Assembleia, para apenas iniciar o processo.

Dr. Paulo Alfama afirma que entende as duas posições apresentadas, questiona apenas o último paragrafo da moção da CDU, em relação à convocação da Assembleia de Freguesia, pois faria mais sentido haver um consenso entre as várias bancadas, para que esta se pudesse realizar, ainda que de forma extraordinária.

A moção acabou por ser aprovada com 9 votos a favor e 8 votos contra.

A bancada do PS, mais concretamente, o senhor Rodrigo Nascimento, apresentou uma posição a respeito da Lei da Paridade.

“Foi com perplexidade que os membros do PS na Assembleia de Freguesia da Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira, notaram a impressionante diferença de tom entre a posição política tomada pela CDU na última Assembleia de freguesia e o que foi transmitido nas redes sociais meras horas após o termino da mesma da mesma. Apesar de inicialmente o novo executivo da junta Da União de freguesias da baixa da Banheira e do Vale da Amoreira não cumprir com a lei da paridade ver como sucedeu várias outras localidades, o facto é que tal falha não foi evidenciada pela CDU no momento próprio, pelo que, afinal, não havia ficado logo claro como agora afirmam.

Foi, aliás, o próprio executivo a tomar a iniciativa assim que tomou conhecimento do supramencionado, dando origem à anterior Assembleia de freguesia, de 28 de Dezembro de 2021, que veio repor a legalidade desde executivo.

O PS rejeita por completo a ideia de uma “chapelada jurídica”, naquilo que diagnosticamos como cegueira jurídica por parte da CDU, que se recusa a aceitar o resultado democrático de 26 de Setembro de 2021, que ditou a derrota do anterior executivo, liderado por Nuno Cavaco, por, nem mais nem menos, que uma Mulher. A nossa Bárbara Dia, que não só foi a única mulher a encabeçar uma candidatura neste União de Freguesias, como se tornou assim na primeira mulher a conquista a presidência da mesma e, desta forma, muito honra os valores feministas do PS.

De modo a secar as evidentes cataratas da CDU, o PS cita a DGAL quando esta entende que: “o Art. 4º 2 da Lei da Paridade sanciona com nulidade apenas a deliberação das eleições de listas de candidatos a vogal das juntas de freguesia que não cumpramos requisito do artigo 2º.

Nada dispondo sobre a eleição uninominal dos vogais das juntas de freguesia, não há razão para que a assembleia não possa deliberar nesse sentido caso seja impossível apresentar uma lista paritário quando a eleição de lista paritária obrigue á renúncia de mandato ou subverta os resultados eleitorais, sem prejuízo dos eventuais acordos entre os eleitos.

Assim, caso a ordenação das listas para a eleição da assembleia de freguesia assegura o cumprimento doas Arts. 1º e 2º da Lei da Paridade e não seja possível, após a eleição da

assembleia, propor uma lista paritária para a eleição dos vogais da junta de freguesia pelas razões indicadas, poderá a assembleia de freguesia deliberar sobre a eleição uninominal dos vogais da junta (e os membros da mesa da assembleia), ao abrigo do disposto do Art. 9º nº1, 2 º e 6º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro.

Haja respeito pela escolha de quem mais ordena. Haja respeito pelo novo executivo da Junta de Freguesia da União de Freguesia da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, que se encontra perfeitamente legal e apto para trazer a mudança que as nossas gentes escolheram no último ato eleitoral”.

O Dr. Paulo Alfama volta a defender a sua posição relativa à Lei Paridade, e afirmando que a interpretação da lei está correta, não é uma forma de fugir à lei.

O senhor Nuno Cavaco afirma que a Lei é clara, que sim o PS tem legitimidade para governar, mas cumprindo a Lei.

De seguida, o Presidente da Mesa deu início a ordem de trabalhos, submetendo, a ata nº1 a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

A senhora Presidente da Junta de Freguesia apresentou as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 e Plano Plurianual de Investimento.

Inicia a sua intervenção agradecer a presença de todos os presentes, aos que assistem a transmissão em casa, ao Chinquilho, pela cedência do espaço, e à empresa MRFR, que transmite a Assembleia de Freguesia. Agradece a compreensão da bancada de oposição, no que toca ao envio tardio da documentação para escrutínio e para que pudessem exercer o seu direito de oposição: “Foi possível obter algumas propostas dos partidos de oposição. Afinal estamos aqui todos pelo mesmo, pela nossa terra, pela Baixa da Banheira e pelo Vale da Amoreira.”

“As Grandes Opções do Plano e Orçamento 2022 é um documento ambicioso que aposta na modernização e no progresso da nossa terra. Progresso esse que tanta gente ansiava.

Este é o orçamento com o maior nível de investimento das nossas freguesias, comparado face a orçamentos passados.

O último orçamento tinha 43 780 euros, este ano ultrapassa os 90 mil euros.

estes investimentos vão refletir na maioria do espaço público e na qualidade de vida dos nossos fregueses.

Mantivemos o investimento na conservação nos equipamentos escolares, apoios ao associativismo local, que é o motor de desenvolvimento local da nossa freguesia e o projeto Streetlife Academy, pensado e iniciado pelo anterior executivo e que será inaugurado pelo pelouro do Associativo, no próximo mês de Janeiro.

No entanto, destacamos alguns investimentos pelo PS:

Melhoria das condições do Mercado do levante, como as casas de banho, que estavam em condições lamentável. Queremos dar mais dignidade ao mercado. Torna-lo num espaço competitivo, atraindo mais feirantes e visitantes, comparativamente a outros espaços da região, sobretudo porque é das nossas principais fontes de receita.

Relativamente à conservação de parques infantis, queremos dar mais oportunidades de brincadeira, com segurança, às nossas crianças. Aqui damos um grande foco à colocação de novo pavimento no parque das laranjeiras, para que esteja de acordo com a legislação e, também, na aposta num novo parque infantil no Vale da Amoreira.

Quanto à modernização da junta, queremos investir num software, para dar uma resposta mais rápida e eficaz, às necessidades dos nossos fregueses e uma efetiva comunicação entre delegações e serviços.

Também queremos apostar na requalificação do edifício/sede, que necessita urgentemente de manutenção, como problemas estruturais, uma rede elétrica deficiente, uma rede informática inexistente. Uma parte do edifício ainda utiliza lâmpadas contra luminescentes, o que resulta numa ineficiência energética.

O material de escritório utilizado pelos nossos trabalhadores tem décadas e não se encontra adaptado aos seus postos de trabalho. Aliás, foi dos primeiros pedidos feitos pelos trabalhadores, quando iniciamos o nosso trabalho, portanto modernização dos seus materiais. A defesa dos trabalhadores também se concretiza desta maneira, na melhoria das condições de trabalho e na aposta da sua formação.

A ligação com os fregueses é essencial, assim sendo, queremos investir na aplicação “a minha rua” e na iniciativa “vigilantes da vila”, que podem estar ambas interligadas, permitindo um maior envolvimento da população na manutenção do património que é de todos. A aplicação irá funcionar em tempo real e permitirá ao município que encontre

algum equipamento destruído, pode tirar uma fotografia, inserir na aplicação e os serviços rapidamente receberão essa notificação e, irão proceder à reparação dos mesmos.

Também queremos investir na cidadania junto das nossas crianças, com iniciativas da Assembleia de Freguesia Jovem, para que os jovens possam participar mais na vida política e na cidadania, através da pedagogia. A iniciativa “Eu, Presidente de Junta”, para que os estudantes passem um dia com a presidente e vejam como é o dia a dia da Presidente da Junta.

Pretendemos homenagear os melhores em cada área, que são um orgulho.

Apostar na cultura acessível para todos, quer através de inventos que promovam a cultura, como a cedência de espaços para exposição de arte. Tanto no Vale da Amoreia como na Baixa da Banheira, temos espaços para artistas exporem a sua arte, de forma gratuita. Promover o BBVA Blues Fest.

Por fim, o orçamento participativo, foram alocados 5000 euros para esta iniciativa, para promover a construção da nossa terra, uma forma dos nossos munícipes/fregueses façam parte da construção da nossa terra. Esta foi das grandes apostas do Partido Socialista.

Dito isto, volto a referir que é um orçamento bastante ambicioso e que estaremos cá no final do ano, para avaliá-lo e concretizá-lo.”

No final da intervenção, o Dr. Paulo Alfama passou a palavra à bancada da CDU.

Tinha algumas questões:

“Gostaria que me explicasse melhor onde é que o parque infantil, com piso térreo, está fora da legislação. Tendo em conta que a lei refere piso sintético ou com areia, desde que tenha algumas condições.

“Não vi a senhora Presidente se referir às intervenções nas escolas primárias. A CDU: havia sempre ½ intervenções ao ano nas escolas primarias. Não li em pormenor, ponto a ponto, as Grandes Opções e, gostava que se pronunciasse sobre isso”

“Outra questão, aqui logo ao início, “Uma Junta moderna e eficaz”, no ponto II diz “lançar concurso de logotipos, para a renovação de imagem da nova etapa de vida da nossa junta”

Quando se esta a discutir a reposição das freguesias, deixar de existir a “união de freguesias”, propõe-se aqui a extinção dos logotipos das freguesias? Se não estou a ler bem, digam-me. Fiquei confuso com esta questão, por isso gostaria que me esclarecessem. Obrigada”.

Posto isto, foi acordado que a Presidente responderias as questões no final depois de todas serem feitas.

O senhor Rogério Santos inicia a sua intervenção, relacionada com a gravação e transmissão da Assembleia de Freguesias, pois não sabia onde estaria a ser transmitida a mesma, já que não tinha sido divulgada.

A senhora Presidente da Junta responde, dizendo que a mesma está a ser transmitida redes sociais, da página da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, através do Youtube. Refere ainda que houve uma falha de comunicação, pois tinha sido pedido para que os links fossem divulgados.”

“No que toca ao parque das laranjeiras, a Presidente, defende que a ideia é ter um pavimento mais seguro e adequado para as crianças brincarem, sendo que, o pavimento de areia não é aconselhável pelas autoridades de segurança.

Relativamente às intervenções nas escolas, eu disse inicialmente, na minha intervenção que uma parte do orçamento era para a manutenção/conservação das escolas. Obviamente que isso é um objetivo do PS. As escolas são muito importantes, para a segurança e para a aprendizagem dos nossos estudantes e alunos. Obviamente que queremos continuar a apostar na manutenção dos nossos estabelecimentos. Relativamente ao concurso de logotipos, obviamente que os brasões não vão deixar de existir, são uma marca institucional da freguesia, não podemos, pura e simplesmente, eliminar os brasões. O brasão da Junta de Freguesia da baixa da banheira, será sempre o da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira e, o brasão do Vale da Amoreia também. São brasões que têm história, significado e não vão deixar de existir. O que aqui nós propomos e, o que acontece em muitas freguesias no país, decidem, em vez de estarem sempre a usar o brasão, decidem fazer uma imagem própria da freguesia, para os meios de comunicação, quer nas redes sociais e outros meios necessários, para se tornar mais clean, mais nítida a imagem. Nós gostamos dos brasões, fazem parte da nossa história, mas em termos de comunicação dificulta. Teremos uma comunicação muito mais limpa, com logotipos que tenham a ver com a freguesia. Há coisas muito giras que se fazem, concursos, nós

achamos que é muito mais giro pedimos à comunidade para fazer o logotipo, sobre ou a União ou não, porque se falarmos de uma reposição, quem sabe fazemos duas imagens para cada freguesia. É algo que pode, mais tarde, ser discutido. Para já, a nossa ideia era mesmo fazer um logotipo para a União. Por exemplo, a Freguesia de Palmela, que não é uma União, também tem um logotipo, há várias freguesias que hoje em dia já têm essa imagem. Espero que todos tenham ficado esclarecidos.”

O Presidente da mesa da Assembleia decide passar a palavra ao senhor Nuno Cavaco.

“Tudo faremos para que este executivo possa ter o melhor possível.” Relembra que os documentos deveriam ter chegado mais cedo, para que se pudesse exercer o Direito de oposição de uma forma mais clara e eficaz.

“Relativamente ao logotipo, a Baixa da Banheira tem um logotipo, o Vale da Amoreira tem um logótipo sugiro eu, que se retire a expressão “criar dois logotipos”, não tenho nada contra a criação da imagem, mas como está não podemos aceitar. Dá a ideia de que ser unir as duas freguesias.

Última nota, relativa ao parque infantil, a senhora Presidente diz que o parque está ilegal, mas que o PS vai resolver. E a senhora diz que não é bem assim, que vai apenas melhorar. Mas o parque está legal, sim. Não me venha dizer que está ilegal porque não é correto. Tão simples quanto isto. É uma melhoria.”

O senhor Nuno Cavaco refere ainda que uma das suas prioridades era a aproximação à população e a educação das nossas competências. E que a CDU não quer ser obrigada a votar contra o orçamento. Pede que a senhora Presidente retificasse o português de algumas expressões usadas, como já tinha referido anteriormente. Afirmando, uma vez mais que, a CDU não quer dificultar a vida do executivo, querem, sim contribuir. “Não é votar contra, por votar contra”.

A senhora Presidente da Junta, Bárbara Dias, começa por concordar com a posição defendida por Nuno Cavaco, dizendo que sim, a expressão logotipos não estava a ser bem utilizada.

No que concerne aos parques infantis, defende que já existem normas atualizadas sobre os pavimentos dos novos parques a serem construídos, que estes têm de ter certas normas de segurança relativamente aos pavimentos. Aceita, sim, que anteriormente podiam não

existir essas regras, mas que agora o novo executivo quer melhorar os parques, atualizar os parques para que estejam conformes às normas de segurança em vigor.

Relativamente às escolas, Bárbara Dias volta a referir que querem fazer intervenções, mas ainda estão em fase de diagnóstico, por isso não conseguem precisar objetivos mais específicos.

O Presidente de mesa passa a palavra a Luís Cerqueira.

O mesmo esclarece que o orçamento dado para a melhoria das escolas é exatamente igual ao do ano passado. O diagnóstico está a ser feito e quando estiver pronto será comunicado.

Posto isto, o Presidente de Mesa interpela o senhor Diamantino para voltar a intervir.

Este pede à senhora Presidente para haver uma votação, no que diz respeito à questão dos logotipos, caso contrário, senão existir uma alteração, a bancada da CDU irá votar contra. Sugere ainda, sobre o parque infantil das laranjeiras, que se utilize a expressão “Renovar o pavimento do parque infantil das laranjeiras”, contudo, para que esta seja possível, é preciso estar escrita.

A Presidente da Junta volta então a referir que concorda com a utilização da expressão “harmonizar a questão dos dois braços da Freguesia” e, relativamente ao parque das laranjeiras, no capítulo IX, escrever “renovar/substituir o pavimento de acordo com a legislação em vigor”.

O senhor Nuno Cavaco volta a expressão a sua opinião contra a expressão “legislação em vigor”, pois esta dá a entender que o parque se encontra ilegal.

Ambas as bancadas decidem então pela expressão “adequar com a legislação em vigor”, em deterioramento de “de acordo”.

O Presidente de mesa passa a palavra ao senhor Rogério Santos.

O senhor Rogério Santos pede esclarecimentos à cerca da utilização da Receita e outros valores que constam do documento, que consta no orçamento. – “O que vão fazer com este valor?”. Pede também uma explicação sobre a diferença do valor dos investimentos, porquê que o valor do orçamento aumentou. Já que no documento que foi entregue, relativo ao orçamento, não contem nenhuma explicação.

A Presidente da Junta, Bárbara Dias pede ao seu Tesoureiro, Luís Cerqueira para que seja ele a responder á questão.

O mesmo começa por referir que o valor de 21273, 60€, dizem respeito a apoios do IFP, que irá ser utilizado para algumas formas de formações que o IFP disponibiliza. No que concerne aos investimentos, encontram-se detalhados no documento “Plano Plurianal de investimentos”, refere ainda que houve um aumento de 109 % no que concerne ao valor dos mesmos. Para a modernização da Junta e eficiência energética são alocados 7000€, 2000€ para investimento em instalações desportivas e recreativas, 7000€ para restauração do mercado, 28 000€ para a conservação das escolas, 15 000€ para parques e jardins da União de Freguesias e 6000€ em equipamento informático, para que a Junta funcione de forma mais eficiente e conseguir servir melhor a população. Tal como já foi dito anteriormente, o tesoureiro, Luís Cerqueira, reforçou a ideia de uma aposta em softwares e aplicações que possam aproximar a população da Junta de Freguesia. Acrescenta também, o investimento de 2000€ em equipamento administrativo, o orçamento participativo e a aquisição de uma carrinha, com o intuito de conceder alguma autonomia ao senhor Rui, que é o calceteiro da Junta, para que possa servir a população de forma mais rápida e eficaz. Sendo que, este último ponto, foi algo pedido pelo mesmo, para que não precisasse de pedir a outra pessoa que o ajudasse no transporte de material.

O senhor Rogério Santos volta a interpelar o executivo à cerca da disparidade do valor do investimento, como é que este chegou aos 90 000€, pois acredita que isto diz respeito ao que a Junta se propõe a “gastar “.

O senhor Luís Cerqueira, um dos fatores que contribuiu para o aumento do investimento foi a diminuição da despesa e a reorganização dos recursos humanos.

A senhora Cátia refere ainda aposta na admissão de novos trabalhadores, para reforçarem as oficinas que, neste momento, a Junta sente mais falta, para responder com maior eficácia aos pedidos que nos chegam, dos nossos fregueses, em termos de manutenção da calçada e espaços.

O senhor Nuno Cavaco volta a intervir, falando de alguns projetos que serviam para financiar eventos, como o “Sun Set Ribeirinho”, que trazem pessoas de outros municípios. Pede ainda que o PS tenha cuidado com algumas expressões que usa, nomeadamente sobre as condições de trabalho dos trabalhadores da Junta, porque em algumas situações, o executivo, fala como se “estivéssemos no Afeganistão”, e que hoje

é possível ter orçamento porque houve um esforço/ trabalho no passado. O senhor Nuno Cavaco acaba a sua intervenção com a seguinte afirmação: “Perdemos as eleições, mas não perdemos o gosto pela nossa terra. Não levem as nossas intervenções como questões de ódio. O PS não é inimigo da CDU”.

A senhora Presidente da Junta informa que o executivo pediu a uma empresa especializada em tecnologia e informática e, o relatório que lhes foi apresentado não é “animador”. Garante que sim, a Junta tinha condições mínimas para funcionar, contudo, por exemplo, não tinham o Microsoft Office instalado, e que as licenças para o obter “não são baratas”. Acrescenta que, os computadores que a funcionárias utilizam, apenas um deles tinha o Office e, que o edifício da Junta ainda utiliza a ADSL. Bárbara Dias garante que o executivo apenas quer fazer o seu melhor, e que se há forma de melhorar as coisas é isso que o vão fazer.

O tesoureiro, o senhor Luís Cerqueira, afirma que nada tem contra o movimento associativo. Refere ainda que, no ano transato, o mesmo tinha alocado 40 000€, e que este ano foi necessário haver um corte das despesas, assim sendo, este ano o investimento seria de 31 200€, ou seja, não desapareceu o apoio.

O senhor Nuno Cavaco aconselha o executivo a ter cuidado com o relatório feito pela empresa especializada em tecnologia e informática. Pede ainda que o executivo “cuide do movimento associativo porque este precisa.”.

O Presidente da Mesa passa a palavra ao senhor Miguel Jorge para que este faça as suas questões.

A primeira questão é relação aos softwares essenciais, segunda sobre o RGPD- Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a terceira relativa à formação necessária para os trabalhadores da Junta, a quarta sobre a admissão de novos recursos humanos.

A senhora Presidente da Junta responde, volta a dizer que dos quatro computadores disponíveis para o executivo trabalhar, apenas um tem o Office instalado, por isso vão ter de adquirir mais licenças. No Vale da Amoreira, apenas dois computadores estão licenciados. Caso exista alguma inspeção e, os computadores da Junta estiverem a utilizar o produto sem a licença, poderão ser multados, daí a necessidade da Junta se precaver. Sobre o RGPD, a Presidente afirma que não existe nenhuma norma de controlo interno, que é exigido por lei. Relativamente às horas de formação anuais, pontualmente há

formações, mas não existia um plano de formações, apenas de Higiene e Segurança do Trabalho. Contudo a empresa responsável por dar formações não as ministrou. Incumprindo com o contrato assinado pelo antigo Presidente da Junta, o senhor Nuno Cavaco. Do que a senhora Presidente conseguiu apurar, auxiliando-se de e-mails trocados entre a empresa e o antigo Presidente da Junta, é que houve um esforço por parte da empresa para se marcar as formações, mas que estas nunca aconteceram, seja pela COVID-19, seja por falta de disponibilidade.

O senhor Nuno Cavaco decide interromper, desmentido o que estava a ser dito, afirmando que não iria discutir a situação, que “qualquer coisa seria discutida em tribunal”, e para o executivo não inventar mentiras.

A senhora Presidente volta a referir que viu e-mails trocados, sempre com a empresa a mostrar iniciativa para marcar as formações, mas que a resposta era, de forma generalizada, a mesma, que não havia disponibilidade devido à pandemia. A mesma consultou juristas, para saber como deveria agir perante o incumprimento do contrato e a solução encontrado foi, essencialmente, começar a cumprir o mesmo.

O senhor Nuno Cavaco continuava a interromper a intervenção da Presidente e, por isso, foi chamado á atenção pelo Presidente da Mesa.

A senhora Presidente refere que não entende o porquê da formação em Higiene e Segurança no Trabalho foi adjudicada, nos mandatos passados, quando o IFP dá aa formações de forma gratuita. Que a Junta recebia todos os meses uma dívida da empresa que estava responsável por dar as formações, que estas não foram ministradas e, que esta apenas queria resolver a situação, para o bem dos trabalhadores.

O senhor Rodrigo Nascimento começa a sua intervenção.

Começa por dizer que “tira o chapéu” a este orçamento, porque se por um lado este executivo teve de fazer uma reorganização, por outro, por ser o maior orçamento com maior investimento de sempre.

Que é com grande orgulho que vê a aposta na juventude, caracterizando o orçamento como o “mais jovem de sempre”, que nunca os mais jovens participaram tanto no seu processo. é notável o investimento no apoio aos fregueses mais idosos, que tantas vezes caíram em esquecimento. Finaliza a sua intervenção dizendo que as próximas gerações podem ficar mais descansadas, porque “a nossa terra tem futuro”.

O senhor Rogério Santos pede para intervir, dizendo que o espera ver resultados efetivos, pois nem sempre os números refletem a realidade.

O Dr. Paulo Alfama passa, então a palavra ao senhor Miguel Jorge:

“As Grandes Opções do Plano e Orçamento para a União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira traduzem a aspiração da população na mudança quando deu a confiança e maioria ao Partido Socialista nas últimas eleições dia 26 de setembro.

É importante recordar que os novos órgãos autárquicos apenas tomaram posse praticamente um mês depois por decisão dos órgãos cessantes tendo o PS respeitado a mesma procurando que a transição decorresse com maior respeito democrático, no entanto, dispôs este executivo de apenas dois meses para se inteirar de toda uma dinâmica interna, desenvolver atividades (e já muitas foram realizadas!!!) e preparar as Grande Opções do Plano e Orçamento.

A bancada do Partido Socialista reconhece a grande ambição vertida neste documento. A ambição de transformação de um território que estagnou fruto de uma gestão comunista que procurou sempre encontrar mais desculpas do que ideias e soluções.

Estas GOP vão ao encontro dos compromissos assumidos com a nossa população, com os trabalhadores da freguesia, na rentabilização dos recursos disponíveis para a concretização de um serviço público de qualidade, valorizando a nossa freguesia. Esta ambição traduz-se em mais de 70 medidas, em 13 eixos, em áreas tão diversas como a educação, juventude, comércio local, cultura, associativismo, desporto, ação social, ambiente, desenvolvimento económico, melhoria das infraestruturas.

Devemos destacar algumas das medidas preconizadas:

- Modernização administrativa, melhorando a qualidade dos serviços prestados, através da desmaterialização de processos, melhoria dos serviços de comunicação e informática;
- Valorização do Mercado de Levante, através da sua reorganização e dotar o mesmo de melhores condições para feirantes e população;
- Implementação do orçamento participativo “Uma ideia para a nossa Terra”;
- Criação da aplicação “A minha rua” a qual permitirá aos fregueses serem uma parte ativa na identificação de ocorrências que carecem de intervenção por parte da freguesia;

- Implementação do Gabinete de Psicologia Comunitária e de Desenvolvimento Social;
- Colocação de equipamentos de manutenção desportiva;
- Desenvolvimento de diversos projetos de intervenção com a população sénior promovendo e estimulando um envelhecimento ativo;
- Criação de balcão informativo e de encaminhamento para as diversas respostas sociais existentes na freguesia;
- Uma aposta na educação, através de diversos projetos de apoio à comunidade educativa, professores, pais, alunos;
- Apoio na manutenção das escolas básicas do primeiro ciclo e no desenvolvimento dos seus planos de atividades;
- Aposta nos jovens e nas suas capacidades, através da criação da Streetlife Academy para incutir a prática de basquetebol nas nossas crianças; criação da semana da juventude; implementação do projeto “Eu, presidente da Junta”, um projeto de fomento do espírito de cidadania; realização de intercâmbios entre jovens; criação do conselho local de juventude, entre outros;
- Criação de um parque infantil no Vale da Amoreira, estrutura necessária e da qual a nossa freguesia é muito deficitária;
- Apoiar o crescimento do BB Blues Fest;
- Promoção de um concurso de bandas da nossa freguesia, estimulando e apoiando o desenvolvimento de novos talentos;
- Criação de diversos eventuais culturais, como uma feira do livro e de cultura e arte;
- Apoiar o associativismo da nossa terra na execução das suas atividades;
- Manter as tradições e as comemorações das festas populares
- Apoiar o comércio e os artesãos locais, através da realização mercados regulares e de iniciativas que permitem valorizar a nossa economia local;
- Realizar a 2ª edição do Mercado de Natal, iniciativa que teve um grande êxito e que mobilizou comércio local, artesãos, associações e comunidade;

- Implementar medidas de eficiência energética e de melhoria dos recursos na nossa junta

Este é o orçamento que tem o maior nível de investimento de sempre da nossa freguesia! São mais de 90.000€ de investimento em medidas de melhoramento da nossa freguesia e na modernização dos serviços para uma melhor resposta à população e um melhor serviço público praticado.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento da Junta de Freguesia são por tudo o que foi, sucintamente exposto, pois não se detalharam as mais de 70 medidas propostas, merecedoras da confiança da população e das suas expectativas na mudança de um ciclo que trará a nossa freguesia para o seu lugar merecido, moderna, inovadora, solidária, desenvolvida.

Estas propostas concretizam muitos dos compromissos definidos no programa eleitoral do PS nas últimas eleições autárquicas, nas quais mereceu a maioria do voto da população.

São propostas que acolhem também os contributos das forças políticas representadas, pelo que estamos certos que também delas merecerão igualmente o seu apoio e aprovação.

Por tudo isto, os eleitos do Partido Socialista votarão favoravelmente as GOP e orçamento para 2022.”

Posto isto, o Presidente de Mesa decide passar à votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para a União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira. O mesmo foi aprovado com 9 abstenções e 9 votos favor.

Em seguida, a CDU, representada pelo senhor Nuno Cavaco, faz a sua declaração de voto.

“A abstenção da CDU nestas GOP e Orçamento é a prova de que a CDU é uma força decisiva para a construção da democracia em que queremos viver. Não votamos por votar e repetimos o compromisso assumido com todos, votaremos a favor de tudo o que seja bom para a nossa população e votaremos contra tudo o que seja mau. Sobre as GOP e Orçamento para este ano lamentamos que os documentos não tenham sido entregues para discussão no âmbito do direito do estatuto da oposição bem como a sua entrega tardia aos eleitos da CDU, recordando que o Partido Socialista

sempre fez questão de que os prazos fossem cumpridos, o que claramente agora em situação de executivo não faz. A abstenção é também uma manifestação de alerta pois perante o exposto e apresentado temos dúvidas de que o Movimento Associativo Popular não venha a ser prejudicado. “

O Presidente de Mesa decide fazer um intervalo, como tinha sido decidido.

Quando a Assembleia retoma, iniciasse a votação e discussão do mapa de Pessoal.

A senhora Presidente da Junta afirma que não haverá grandes mudanças, a não ser no que diz respeito às oficinas, para responder às necessidades

Assim sendo, o mapa de pessoal foi aprovado com 1 abstenção e 16 votos a favor.

A senhora Presidente pede desculpa a todos aqueles que assistem a Assembleia de Freguesia, em casa, pois obteve a informação de que o som não está nas melhores condições, e que foi difícil perceber todas as intervenções.

Mencionou que nos últimos meses foram distribuídos os pelouros, que a própria ficou com a informação geral a comunicação, recursos humanos, participação e cidadania, reorganização administrativa, planeamento estratégico, ambiente e ação climática, bem-estar animal e proteção civil. A Dra. Cátia Gomes é responsável pela ação social, educação, igualdade, inclusão, saúde e envelhecimento ativo. O Luís Cerqueira, que é o tesoureiro da Junta, ficou ainda com o património, desenvolvimento económico, obras e oficinas. O Nicolau Furtado está com a habitação, urbanismo, iluminação e espaços verdes. O Abílio Marques está com o pelouro do associativismo e desporto. O vogal Anastácio Santana ficou com os mercados e juventude.

Refere que nos últimos meses foram feitas reuniões com empresas que trabalhavam com a Junta, para saber mais sobre os contratos celebrados, e até mesmo para perceber quais serviços eram precisos.

Começaram com os atendimentos aos fregueses, incluindo reuniões entre o executivo e os comerciantes, e posteriormente com os membros do associativismo, para promover o Mercado de Natal.

Informa que no dia 1 de Dezembro deslocaram-se ao mercado do levante tomar conhecimento das necessidades do espaço.

Agradece a todos os que participaram e apoiam o Mercado de Natal, inclusive o movimento associativo que contribuiu com a organização de eventos, desfiles de motards.

O senhor Diamantino Cabrita intervém:

“A Junta de freguesia participou duas vezes num evento, levado a cabo pelo Ginásio Atlético Clube, que fez provas de halterofilismo. Dois dos vogais estiveram presentes. Ninguém referiu.”

Acrescente que o país está a passar uma fase complicada nesta fase da pandemia. E, um dos grandes trabalhos feitos pela junta anterior, foi tentar ajudar e, fazer um levantamento de quem precisava de apoio, que não podia sair de casa. O senhor Diamantino questiona o executivo sobre o que foi feito ou está previsto, tendo em conta esta situação, o que pretende fazer para ajudar.

O senhor Rogério Santos volta a questionar o executivo sobre os apoios ao movimento associativo e quais os custos técnicos relacionados com a gravação das Assembleias.

A senhora Presidente afirma que o senhor Diamantino tem razão, que o facto de ninguém ter referido a participação nas provas de halterofilismo é falha sua, até porque é algo muito importante para a terra. Sobre o apoio às famílias, estão a fazer o mesmo que o anterior executivo, sempre que uma família contacta a Junta, fazem os possíveis para a ajudar. Até à data só tinham sido contactadas por duas famílias. Ainda não foi discutido, em concreto, apoios ao associativismo, devido à COVID-19, até porque o confinamento atual não obrigou nada a fechar portas.

Ficou combinado que o Presidente da Câmara teria uma reunião com a comissão de utentes da Baixa da Banheira, até para se discutir a questão do novo centro de saúde.

No que concerne aos preços da transmissão, o senhor Luís Cerqueira, tesoureiro da Junta, informa que foram 700€ para o ano inteiro.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo 22 horas e 19 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a mesma, tendo a primeira secretária lavrado a Ata em minuta, que foi lida e aprovada com unanimidade.

E eu, Mariana Sofia Marques Pinote, 1.^a Secretária da Mesa, a redigi e vou assinar, conjuntamente com o Presidente, Doutor Paulo Alfama.

Presidente:

Paulo Alfama

1.^a Secretária:
